

**MEMÓRIAS OUTRAS DA DITADURA:
REPRESSÃO E TRAUMA HISTÓRICO EM
“ALGUMA COISA URGENTEMENTE”, CONTO
DE JOÃO GILBERTO NOLL**

CAMILA TEIXEIRA GABRIEL BAIÃO

MEMÓRIAS OUTRAS DA DITADURA: REPRESSÃO E TRAUMA HISTÓRICO EM “ALGUMA COISA URGENTEMENTE”, CONTO DE JOÃO GILBERTO NOLL

OTHER MEMORIES OF THE DICTATORSHIP: REPRESSION AND HISTORICAL TRAUMA IN “SOMETHING URGENTLY”, A SHORT STORY BY JOÃO GILBERTO NOLL

CAMILA TEIXEIRA GABRIEL BAIÃO¹

camila.t.gabriel@edu.ufes.br
<https://orcid.org/0000-0003-0014-0778>

Resumo

O artigo analisa o conto “Alguma coisa urgentemente”, de João Gilberto Noll, por uma perspectiva que considera as marcas da repressão durante a ditadura militar no Brasil, bem como o trauma histórico que ela representa, pela narrativa memorialística do protagonista, filho de perseguido político. O texto, que dá voz a uma geração esquecida, desvela o drama traduzido no estado de vulnerabilidade a que filhos das vítimas do arbítrio estatal foram expostos. Evidencia-se o conceito de trauma como ferida que transborda a capacidade humana de percepção e que assola particularmente nossa relação com a linguagem, isto é, com a representação. No conto, situações de abandono, perseguição, medo e insegurança são determinantes na construção de uma identidade em conflito, na qual se observa o nível de desorientação cognitiva e comportamental do sujeito. Tais reações refletem no léxico e no ritmo da narrativa, que gradativamente alcança um determinado ponto de complexidade linguística, à medida em que o filho se vê sozinho e impotente diante das situações de excesso.

Palavras-chave: Ditadura militar brasileira. Repressão. Trauma histórico. Conto.

Abstract

This paper analyzes the short story "Alguma coisa urgentemente", by João Gilberto Noll, from a perspective that considers the marks of repression during the military dictatorship in Brazil, as well as the historical trauma it

¹ Camila Gabriel é graduada em letras-português pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), especialista em educação: currículo e ensino (Ifes), mestra e doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), cantora e compositora.

represents through the memorialistic narrative of the protagonist, son of a politically persecuted man. The text, which provides a voice to a forgotten generation, unveils the hardship translated into the state of vulnerability to which the children of victims of state arbitrary rule were exposed. The concept of trauma is highlighted as a wound that overflows human capacity for perception and that particularly devastates our relationship with language, that is, of representation. In the short story, situations of abandonment, persecution, fear, and insecurity are determining in the construction of a conflicted identity, in which the subject's level of cognitive and behavioral disorientation is observed. These reactions are reflected in the lexicon and rhythm of the narrative, which gradually reaches a certain point of linguistic complexity, as the son finds himself alone and powerless in the face of situations of excess.

Keywords: *Brazilian military dictatorship. Repression. Historical trauma. Short story.*

Introdução

Normalmente considerado um texto narrativo breve e conciso, caracterizado por apenas um conflito, ação única, unidade de tempo e número restrito de personagens, o “conto” deflagrou o surgimento de renomados escritores e se constitui, hoje, como um dos gêneros mais consumidos pelos leitores brasileiros. A busca por uma definição precisa, no entanto, é um impasse para pesquisadores da área. Nadia Gotlib (2006, p. 8), por exemplo, ressalta que há os que admitem uma teoria e também os que não admitem uma teoria específica para tal. Mário de Andrade (1972), por sua vez, destaca em “Contos e contistas” que a discussão em torno do que é e o que não é conto constitui um “inábil problema de estética literária”, e, adiante, conclui dizendo tratar-se de um gênero “indefinível, insondável, irreduzível a receitas”. Fato é que o conto representa uma forma moderna e objetiva de narrar que, envolta por uma atmosfera de mistério, dá voz aos muitos sentimentos, anseios e críticas sem necessariamente expor uma experiência em sua totalidade. Nele, há espaço para a sondagem ou para aquilo que se quer sugestivo. É por meio desse gênero que muito se tem refletido e problematizado a respeito dos fatos mais urgentes e necessários à vida em sociedade.

O conto que analisamos, “Alguma coisa urgentemente”, do escritor gaúcho João Gilberto Noll, foi publicado pela primeira vez em 1980, em sua obra inaugural intitulada *O cego e a dançarina*. O texto em questão ganhou uma adaptação no cinema sob o título *Nunca fomos tão felizes*, dirigido por Murilo Salles em 1983, e foi selecionado também para figurar no livro *Os cem melhores contos brasileiros do século*, organizado por Italo Moriconi (2000). O tempo cronológico em que se dá a narrativa é pelos idos de 1969 e mais alguns anos depois, período historicamente marcado por muitas lutas sociopolíticas e econômicas no Brasil e no mundo. Nesse contexto, a história narra o drama de um perseguido político a partir do ponto de vista de seu filho, narrador autodiegético. Ao ter o pai capturado pela polícia ainda quando criança, o rapaz, que havia sido abandonado também pela mãe, passa então a viver sozinho no

mundo. É internado num colégio de padres, muda-se de cidade frequentemente e passa a lidar com as idas e vindas inesperadas do pai, que reaparece sempre em estado de fuga e decadência. Durante esse período, o personagem tem toda sua vida constantemente reconfigurada, moldada pelas mais dramáticas experiências de abandono e deslocamento. Ao final da narrativa, evidencia-se o fato de que o menino nunca entendera o que realmente acontecia nem por que sua vida chegara a tal ponto, o que em parte justifica episódios em que demonstra estar perdido, inseguro e sem perspectiva de mudança. Diante disso, o enredo elucida de forma contundente as trajetórias de crianças e jovens que viram seus pais serem mortos, torturados, desaparecidos, exilados e/ou presos pela ditadura militar no Brasil, bem como suas vidas antes e depois das perseguições e o quanto tais experiências contribuíram para que se tornasse possível a formação de identidades em conflito. O título da obra, por sua vez, sugere o drama vivido pelo filho na busca por conciliar seu pensamento com suas atitudes diante da situação em que se encontrava. O personagem passa a afirmar com frequência que precisava fazer “alguma coisa urgentemente” para mudar aquela realidade de perseguição e incerteza, mas em momento algum seus desejos saem do campo da teoria.

O objetivo do trabalho é identificar as marcas da repressão política expressas na trama, bem como analisar as causas e os efeitos de tais experiências sobre a vida do protagonista, a forma como reagiu e os meios de sobrevivência que encontrou, situações que em si desvelam mais um capítulo de trauma histórico dada a vulnerabilidade a que filhos das vítimas do período ditatorial foram expostos e que no conto se solidifica principalmente por meio da linguagem. Em tom memorialístico, são narradas situações de abandono, angústia e incertezas que convergem diretamente para a construção de uma identidade traumatizada e fragmentada, nos termos de Freud (1994), Walter Benjamin (1996), Ginzburg (2010a) e Seligmann-Silva (2000), como veremos a seguir.

Desenvolvimento

O conto “Alguma coisa urgentemente” é uma das obras mais significativas do autor, no sentido de destacá-lo como um idôneo revelador de solidões. Em suas ficções, Noll expõe seus leitores à existência de personagens em conflito e que não sabem lidar nem mesmo com a superficialidade das experiências cotidianas. Além disso, era um sujeito de sensibilidade histórica, conforme pontuou Ricardo Lísias (2017) em artigo dedicado ao jornal *Estadão*: “Noll percebeu que o Brasil não conseguiria superar as principais estruturas autoritárias ainda antes que a ditadura acabasse”. Nesse sentido, o autor validou, por meio da ficção, uma ocorrência urgente desse período: o surgimento de uma geração abandonada, a dos filhos dos guerrilheiros mortos pelo Estado.

Há que considerar que a existência dessa geração é ainda pouco investigada ou sequer reconhecida pelo corpo social em geral. Pouco ou quase nada se fala – seja nas escolas, nos debates políticos ou nas conversas informais sobre história do Brasil – a respeito daqueles que viram seus pais sumirem de uma hora para outra durante o período de 1964 a 1985, que foram submetidos à tortura ou que foram vítimas diretas do sistema autoritário quando ainda estavam sendo gerados. Há também as crianças e os adolescentes que foram sequestrados por agentes ligados às Forças Armadas sob o pretexto de ser reeducados de forma contrária à ideologia pregada pelos pais, militantes que se opunham à ditadura militar. De acordo com Eduardo Reina (2019) em *Cativeiro sem fim*, ao menos seis entrevistados – na época, adolescentes – foram levados para quartéis, em uma tentativa de cooptação baseada em ações “psicossociais” semelhantes às adotadas em outras ditaduras de países da América do Sul.

Em 2013, com o objetivo de trazer à tona os nomes e os relatos de filhos de ex-presos políticos da ditadura, foi criada a Comissão da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sob o governo Dilma Rousseff, em que foram colhidos depoimentos em sessões públicas, e que culminaram em instantes de fortes emoções por parte de

todos os presentes, especialmente das vítimas que, mesmo com a distância de aproximadamente 40 anos, se viram profundamente abaladas ao acessar suas lembranças. Tais testemunhos foram registrados no livro *Infância roubada, crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil* (Assembleia Legislativa, 2014) que, apesar de ter sido publicado tardiamente – tendo em vista a urgência da situação – se apresenta como fonte irreparável de consulta, reflexão, divulgação e conhecimento sobre o período autoritário. Nas palavras de Amelinha Teles (2014, p. 14),

Muitas das crianças que aqui tratamos, filhas de militantes políticas(os) sequestradas(os), foram mantidas em cárceres clandestinos, nascidas em cativeiros, torturadas ou ameaçadas de serem submetidas a torturas, algumas foram arrancadas dos braços de suas mães, impedidas de serem amamentadas e afagadas, outras chegaram a ser torturadas mesmo antes de nascer, ou assistiram às torturas em seus pais ou, então, viram os pais serem assassinados. Quase todas eram filhas e filhos de mulheres militantes políticas.

Numa narrativa que se pretende verossímil em todos os níveis, o autor de “Alguns fatos urgentemente” dá voz a um jovem que, em tom memorialístico, relata as experiências vividas desde anos antes em que viu seu pai sumir pela primeira vez. Com afeto, o personagem relembra a infância na cidade de Porto Alegre-RS ao lado do pai, cujo gosto por mudanças e aventuras é registrado já na primeira linha. Nota-se também que, nesse momento inicial, há todo um zelo com a memória no sentido de apego aos detalhes, o que se desdobra numa linguagem pausada e devidamente colocada. O pai, embora fizesse questão de esconder do menino certos detalhes, mantinha-se sempre atento aos cuidados e à boa educação do filho.

– Quando é que você vai morrer?

– Não vou te deixar sozinho, filho!

Falava-me com o olhar visivelmente emocionado e contava que antes me ensinaria a ler e escrever (...) – Quando você aprender a ler vai possuir de alguma forma todas as coisas, inclusive você mesmo (Noll, 2000, p. 416).

O menino cresce, portanto, nesse meio de proteção e cuidado até que, inesperadamente, seu pai é preso no final de 1969, quando moravam

já em Ponta Grossa, no Paraná. O texto, por sua vez, deixa entrever que se tratava de uma prisão política a partir de algumas colocações: o ano referente ao auge da ditadura militar no Brasil com a nomeação do general Emílio Garrastazu Médici; o mistério por que se passava a história de vida do pai; o modo pelo qual ele retornava ao lar (sem um braço, mais magro, sem dente ou, mais à frente da narrativa, em estado terminal); as perseguições sofridas; suas constantes fugas; a menção à tortura: “E se me torturarem? – Você é menor e eles estão precisando evitar escândalos” (p. 419) etc. A partir desse momento de separação, que foi um divisor de águas na vida do protagonista, os primeiros sinais de violência e repressão contidos na narrativa começam a aparecer.

No dia em que ele foi preso, eu fui arrastado para fora da loja por uma vizinha de pele muito clara, que me disse que eu ficaria uns dias na casa dela, que o meu pai iria viajar. Não acreditei em nada mas me fiz de crédulo como convinha a uma criança. Pois o que aconteceria se eu lhe dissesse que tudo aquilo era mentira? Como lidar com uma criança que sabe? (Noll, 2000, p. 417).

O trecho narrado alude às situações de vulnerabilidade em que filhos das vítimas do arbítrio estatal se viram quando expostos a uma realidade outra, envolta sobretudo pela confusão, pelo mistério e pela incerteza do que de fato estava acontecendo. Por sofrer perseguição e ser constantemente ameaçados, os pais, então militantes de esquerda que protestavam contra o golpe, passavam a viver como clandestinos políticos. Afastavam-se de seus familiares e amigos, abandonavam suas profissões, seus documentos de identidade e seus sobrenomes, eram impelidos a uma vivência de “rotatividade”, como definiu o próprio protagonista. Como consequência, seus filhos se viam também forçados a seguir esse padrão de vida, difícil, no entanto, de ser assimilado. Nesse caso, ser arrastado/acudido por uma vizinha, uma pessoa estranha, era parte do processo. Cabia à criança, ou ao adolescente, aceitar aquela situação sem questionamentos, ou, no caso do personagem, omitir qualquer conhecimento ou desconfiança.

Sobre o filme-documentário *15 filhos* (1996), de Marta Nehring e Maria de Oliveira, em que foram entrevistados filhos de militantes políticos brasileiros atingidos pela ditadura militar de 1964, Arantes (2008), que é psicóloga, psicanalista e também sobrevivente, discorre sobre os aspectos emocionais e afetivos contidos nos depoimentos. Neles, são relatadas as lembranças da infância – não a opinião, como enfatizaram as diretoras – de crianças que viram seus pais serem sequestrados, torturados, presos e/ou mortos pelo aparelho estatal.

A memória dos filhos, então crianças, na época da prisão e/ou assassinato dos pais, é atravessada pela impossibilidade de compreensão dos fatos, já que eram apenas filhos de pais iguais a tantos outros pais e que de repente foram roubados de sua frente, assassinados diante de seus olhos, apresentados disformes pela tortura, inchados pelos edemas do espancamento, tingidos de sangue. (...) Este mistério que envolveu os filhos dos militantes políticos tem o peso de algo que era segredo, pesado e improcessável (Arantes, 2008, p. 82).

Para a autora, trata-se de lembranças de acontecimentos que não podiam sequer ser explicados. Embora na passagem citada o personagem afirme ser “uma criança que sabe”, mais adiante, ao ser importunado pelos colegas do colégio interno para o qual foi mandado, ouvindo de um deles que seu pai fora assassinado e que era bandido, reage com o silêncio, pois se referir a seu pai, segundo ele, presumia um conhecimento que não tinha. Tal episódio corrobora a afirmação de Arantes (2008) por elucidar o estado de confusão mental e constrangimento a que estivera fadado. Em meio a essa vivência, o menino passa a sofrer constantes retaliações, o que o leva a introjetar um caráter reprimido, decorrente da ausência misteriosa do pai em sua vida, do contexto em que fora forçadamente colocado e da perseguição sofrida por um dos colegas.

Ainda durante o período em que esteve no colégio, o menino aprendeu com os colegas coisas inusitadas para aquele ambiente, como jogar futebol, se masturbar e roubar a comida dos padres. Chegou a receber uma carta do pai, que o padre-diretor, no entanto, não lhe deu permissão para ler, noticiando apenas que ele ia bem. “Eu agradei como normalmente fazia em qualquer contato com o padre-diretor e saí

dizendo no mais silencioso de mim: – Ele vai bem.” Até que tempos depois, quando já estava crescendo, seu pai retorna para buscá-lo, *sem um braço*. Os dois seguem para São Paulo, depois Rio de Janeiro, onde se instalam num apartamento de amigos. O jovem é colocado num colégio em Copacabana, e o pai em seguida desaparece novamente.

Este episódio evidencia os sinais de violência decorrentes das práticas de tortura cometidas com opositores do regime, bem como as formas de reação a tais experiências-limite, tanto por parte de quem as sofreu quanto de quem com tais vítimas mantém relação. Notam-se as primeiras mudanças de comportamento dos personagens quando, a caminho de São Paulo, o filho pede um conhaque no restaurante em que param, e o pai não esboça nenhuma reação. Presume-se, nesse momento, que o filho não tinha a idade ideal para o consumo de álcool e que o pai nada fez para o conter. Ao ter seu pedido negado sobre saber a verdade, o menino comenta, em tom de angústia: “Ele disse não. Ainda é cedo. E eu já tinha perdido a capacidade de chorar”. Diante de uma situação em que prevalecem o medo e a incerteza, ainda mais ocasionados pelo Estado, cuja obrigação deveria ser garantir justamente o contrário, indivíduos criam mecanismos de defesa que muitas vezes se dão em forma de apatia, fuga, sugerindo, assim, uma desorganização da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo. No livro *Brasil: nunca mais* (Arns, 1985), Hélio Pellegrino (apud Arns, 1985, p. 282) expõe uma incisiva colocação a respeito dos efeitos advindos da tortura:

A tortura busca, à custa do sofrimento corporal insustentável, introduzir uma cunha que leve à cisão entre o corpo e a mente. E, mais do que isto: ela procura, a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. (...) O projeto da tortura implica numa negação total – e totalitária – da pessoa, enquanto ser encarnado. (...) o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto.

Tal prática se caracteriza, portanto, pela destruição da essência de alguém, pela deturpação de sua humanidade. Há, por meio da realização cabal da violência, o projeto de redução do sujeito à condição de coisa. Como bem descreveu Marilena Chauí (1987, p. 33), a tortura, entretanto, se

constitui de um tipo de violência paradoxal, “pois o que o torturador deseja da ‘coisa’ é que ela atue como ‘gente’: uma coisa é inerte, passiva e silenciosa, mas o torturador deseja que a ‘coisa’ sofra, grite, confesse, fale”. Jaime Ginzburg (2010a, p. 143), ao analisar os depoimentos dos psicanalistas a respeito de seus pacientes sobreviventes, conclui que “a tortura provoca uma ruptura da identidade que, em parte, é definitiva, irreversível”, dada a quebra da relação harmônica entre linguagem, memória e corpo. No decorrer do texto de Noll, percebe-se que não somente o perseguido político sofre cisões mentais que ecoam no nível linguístico e comportamental, mas também o próprio filho que, gradativamente, passa a agir de forma cogitativa e insurgente.

Não gostava de constatar o quanto me atormentavam algumas coisas. Até meu pai desaparecer novamente. Fiquei sozinho no apartamento da Avenida Atlântica sem que ninguém tomasse conhecimento. E eu já tinha me acostumado com o mistério daquele apartamento. Já não queria saber a quem pertencia, porque vivia vazio. O segredo alimentava o meu silêncio. E eu precisava desse silêncio para continuar ali (Noll, 2000, p. 418).

A princípio tinha-se uma família unida, formada por um pai e um filho comprometidos com o bem-estar mútuo. Anos se passaram e devido ao afastamento abrupto e ao abandono, em circunstâncias políticas arbitrárias, passam a não mais se tratar como antes, como se estivessem em estado de estranhamento/desorientação. Uma vez sozinho, sem que ninguém o ampare e direcione, o filho passa a adquirir um comportamento rebelde, inicialmente apreendido no próprio colégio de padres, mas que se acentua após sua ida para o Rio de Janeiro, onde começa a “crescer como tantos adolescentes do Rio”, segundo ele mesmo narra. Falsifica, sem remorsos, a assinatura do pai a cada exigência da escola, não se importa com a sujeira do apartamento, se aproveita das garotas do colégio. Ao ver acabar o dinheiro que o pai deixara no cofre, aceita se prostituir com outro homem em troca de trezentas pratas. A pulsão sexual, a propósito, configura-se traço estrutural recorrente em toda a obra de João Gilberto Noll (Marques, 2009, p. 390), funcionando,

nesse conto, como uma espécie de manifestação do inconsciente ou um horizonte de fuga diante das situações de constrangimento.

Um dia após o episódio de prostituição, o pai reaparece *muito magro e sem dois dentes*. O filho resolve contar sobre o acontecido, o pai novamente não esboça reações, sugere apenas que buscasse fazer outra história de vida e logo anuncia: “Eu vim para morrer. A minha morte vai ser um pouco badalada pelos jornais, a polícia me odeia, há anos me procura. Vão te descobrir mas não dê uma única declaração, diga que não sabe de nada. O que é verdade”. A partir deste instante o rapaz, inibindo novamente seu desejo de chorar, passa a afirmar reiteradamente para si mesmo que precisava fazer alguma coisa urgentemente, a frase que dá título ao conto. Em meio a tais situações de excesso, nas quais o personagem tem de lidar com a insegurança advinda do fato de que irá permanecer sozinho no mundo por tempo indeterminado, enfrentar as idas e vindas do pai sempre num estado de deterioramento, o que pressupõe a possibilidade de tortura, e, agora, encarar o anúncio de sua morte, há que considerar a carga traumática advinda de tais experiências.

Na perspectiva de Freud (1994), o trauma é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento que vai além dos “limites” da percepção, tornando-se, para nós, algo *sem-forma*. Representa, nesse sentido, uma ferida na memória, ou no corpo, cometida por acontecimentos violentos, recalçados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito. A ditadura civil-militar de 1964 representa, hoje, mais um capítulo de trauma histórico, por se tratar de evento para o qual ninguém estava preparado, dado por meio de um golpe de Estado e que se transformou em ferida coletiva cujo tratamento ainda se deu de forma insuficiente no sentido de investigar, apurar, discutir, ou seja, não houve o devido trabalho de elaboração que em si converge para o esclarecimento e para o não repetir dos fatos. No caso do personagem, que estivera indiretamente submetido às barbaridades impostas pelo aparelho estatal, a “ferida” na memória, isto é, os traumas vividos ocasionaram desvios mentais,

linguísticos e comportamentais gravemente determinantes na construção de sua identidade.

A respeito da transformação repentina de vida que sofrera, em que o protagonista se viu cada vez mais distante do que fora um dia, convém mencionar o que Anthony Giddens (2002) em sua obra *Modernidade e identidade*, entende sobre o sujeito inscrito na modernidade tardia. O autor destaca que o indivíduo é historicamente treinado para seguir em frente diante das adversidades da vida e que esse pensamento implica a consciência discursiva e prática da natureza e das razões do seu comportamento. Tal confiança, por sua vez, é adquirida com base na crença nas pessoas com quem se relacionou logo nos primeiros anos de vida (p. 39), isto é, mesmo nos detalhes mínimos, o relacionamento com aquele(a) que nos criou gera toda uma significação emocional na vida do sujeito, o que contribui para a elaboração de uma autoidentidade. No caso da narrativa, esse elo é brutalmente rompido, e posteriormente dificultado, o que deixa o personagem-filho completamente desorientado, comprometendo aquilo que Giddens nomeia *segurança ontológica* e que corresponderia a “ter, no nível do inconsciente e da consciência prática, ‘respostas’ para questões existenciais na vida cotidiana” (p. 39). Isso explicaria o constante apelo do personagem em sentir que precisava fazer alguma coisa urgentemente, mas nunca encontrar meios de o efetivar, justamente por essa perda da consciência e da capacidade de reagir diante da situação prática ou de emergência.

A noção de segurança ontológica liga-se intimamente ao caráter tácito da consciência prática – ou, em termos fenomenológicos, ao ‘pôr entre parênteses’ suposto pela ‘atitude natural’ na vida cotidiana. Do outro lado do que poderiam parecer aspectos bem triviais da ação e do discurso cotidianos, o caos espreita. E esse caos não é só a desorganização, é também a perda do sentido da realidade mesma das coisas e das outras pessoas (Giddens, 2002, p. 40).

Tais atitudes naturais da vida cotidiana, portanto, perdem o sentido à medida que o rapaz atravessa um período de crise existencial, e o que acaba por acontecer são reações de desorientação cognitiva e emocional. Daí, passam a surgir sinais de ansiedade, angústia e falta de confiança,

que, nesse caso, são tensionados a partir do momento em que deixa de ir à escola e permite se enveredar pelo caminho das drogas e da prostituição. Para Giddens (2002, p. 45), essa ansiedade se origina do “medo da perda, da desaprovação do outro, da sensação de abandono que deve ser entendida em relação ao sistema total de segurança que o indivíduo desenvolve”, e que fora completamente retirado do personagem. Além disso, essa passagem denota também a característica emergencial e dinâmica da nossa modernidade, em que a construção do eu e da identidade é feita de forma reflexiva (os indivíduos sabem o que e por que estão fazendo), mas dentro de uma miríade de opções e de possibilidades de agir, ou seja, um novo mundo gerador de ansiedades, nos quais os riscos são calculados e exigem constantes adaptações.

A essa altura, o compromisso com a linguagem bem colocada cede espaço para um vocabulário vazio, desconexo e por vezes até pejorativo. Se antes o protagonista recorria ao silêncio perante as situações de excesso, agora, ao se conscientizar do grave estado de saúde do pai, enfrenta nova experiência do choque, segundo os termos de Walter Benjamin (1996), e demonstra outro nível de impossibilidade de recepção do informe que por sua vez atinge as formas tradicionais de narrativa, de narração, isto é, de representação. Para o filósofo alemão, que já no século 19 percebera as consequências devastadoras da onipresença do choque (trauma), colocando, portanto, a catástrofe não apenas como um evento raro e único, mas como sua materialização mesma no cotidiano, defendeu a prerrogativa de que, no campo da literatura moderna, não há mais espaço para uma dicção puramente lírica, assim como a prosa puramente realista também é descartada (Seligmann-Silva, 2000, p. 74). Nesse sentido, em meio à era das catástrofes cotidianas, em que a Shoah ocupa o centro da discussão, que linguagem pode dar conta de representar a realidade? Após o retorno do pai em estado terminal, quando o personagem-filho desperta para o fato de que precisava fazer alguma coisa urgentemente, ele verdadeiramente se preocupa e passa, com isso, a agir de forma ansiosa e desgovernada. Não sabia mais o que fazer em prol de sua sobrevivência. Pensa em denunciar o pai para a polícia a fim

de que pudesse ser entregue para uma família ou para um orfanato, mas aborta a missão. Sente que precisava se comunicar com alguém, mas quem?

Comecei a faltar às aulas e ficava andando pela praia, pensando o que fazer com meu pai que ficava em casa dormindo, feio e velho. E eu não tinha arranjado mais um puto centavo. Ainda bem que tinha um amigo vendedor daquelas carrocinhas da Geneal que me quebrava o galho com um cachorro-quente. Eu dizia bota bastante mostarda, esquenta bem esse pão, mete molho. Ele obedecia como se me quisesse bem. Mas eu não conseguia contar para ele o que estava acontecendo comigo. Eu apenas comentava com ele a bunda das mulheres ou alguma cicatriz numa barriga. É cesariana, ele ensinava. E eu fingia que nunca tinha ouvido falar em cesariana, e aguçava seu prazer de ensinar o que era cesariana (Noll, 2000, p. 420).

Nota-se a mudança na linguagem, agora envolta por uma carga de aflição e desespero que se estende até a chegada repentina do colega Alfredinho ao apartamento. Os acontecimentos se emaranham da mesma forma que as palavras postas na narrativa, como se numa tentativa de fuga ou de representação daquilo que, de tão violento, não pôde ser assimilado, quanto mais representado por palavras. Essas, portanto, assumem caráter desajeitado, insuficiente, consequências de um “distúrbio na memória no qual não ocorre uma experiência plena do fato vivenciado que transborda a capacidade de percepção” (Seligmann-Silva, 2000, p. 85), isto é, do trauma.

Para Ginzburg (2010a, p. 100), “o impacto do trauma pode abalar as condições de estabelecer, em uma obra de arte, uma unidade temática e formal”, o que nos leva a refletir sobre a construção da linguagem na narrativa, que parece obedecer ao clima de tensão inserido, demonstrando o estado de inconsciência e desorientação pelo qual o personagem adentrara. De acordo com a *Teoria estética* de Adorno (1988), uma mediação conceitual decisiva está justamente nessa integração envolvendo forma e conteúdo e forma e historicidade, em que “a tensão interna presente em obras de arte é significativa na relação com a tensão externa” (p. 16), levando-nos a compreender o cuidado com que o autor conduz a escrita do conto em se tratando de um contexto violento e

traumático, caracterizando essa tensão especialmente a partir do uso reiterado da expressão “alguma coisa urgentemente”. Para Rebeca Fuks (2015, p. 188), “Noll narra uma situação-limite onde figura uma total desarmonia entre a semântica e a sintaxe: a oração ‘eu preciso fazer alguma coisa urgentemente’ transmite uma formalidade oposta à urgência que as circunstâncias pedem”, revelando, assim, a condição de inércia do personagem, diante da situação de risco.

A ausência de pontuação a partir deste momento da narrativa também contribui para o aspecto desorientado do texto, uma vez que tais recursos auxiliam na sua construção sintática. Uma reflexão acerca do papel da linguagem por meio de sinais nos lembra do seu objetivo de aproximação da escrita à fala. Para o filósofo Theodor Adorno (2003), no entanto, o escritor, diante deles, encontra-se em permanente perigo, pois “as exigências das regras de pontuação são incompatíveis com as necessidades subjetivas de lógica e expressão: nos sinais de pontuação, a promissória que o escritor tomou da linguagem é cobrada em protesto” (p. 148). Assim como Benjamin que desmitifica o emprego das palavras como recurso possível para a representação da realidade catastrófica, aqui o autor considera o dever de pontuação como também insuficiente ao aspecto subjetivo das expressões humanas, entrando em conflito com sua própria essência mimética.

Quando ele sentou no sofá é que eu notei como o sofá estava puído e que Alfredinho sentava nele com certo cuidado, como se o sofá fosse despencar debaixo da bunda, mas ele disfarçava e fazia que não notava nada de anormal, nem a barata que descia a parede à direita, nem os ruídos do meu pai que às vezes se debatia e gemia no quarto ao lado. Eu sentei na poltrona e fiquei falando tudo que me vinha à cabeça para distraí-lo dos ruídos do meu pai, da barata na parede, do puído do sofá, da sujeira e do cheiro do apartamento, falei que nos dias da doença eu lia na cama o dia inteiro umas revistinhas de sacanagem, eram dinamarquesas as tais revistinhas, e sabe como é que eu consegui essas revistinhas?, roubei no escritório do meu pai, estavam escondidas na gaveta da mesa dele (Noll, 2000, p. 421).

Tanto as repetições desnecessárias quanto a mistura dos discursos diretos e indiretos, a pontuação indevida – que dita o ritmo da leitura –, bem como a ausência dela, evidenciam a tentativa do autor gaúcho de

não sucumbir às regras, que então se mostram essencialmente impotentes diante da catástrofe, reforçando a tese de Adorno (2003, p. 149) quando afirma que “cada sinal cuidadosamente evitado é uma reverência feita pela escrita ao som que ela sufoca”.

Ao final desse episódio, quando o pai já se encontra em seus últimos suspiros, chama o filho pelo nome, o que causa nele grande espanto. Ainda assim, o autor, porém, não o revela aos leitores, reforçando a ideia em torno do anonimato, recurso caro aos perseguidos políticos. Essa não identificação por questões de segurança, entretanto, surtiu efeitos mais graves no contexto brasileiro:

A própria clandestinidade, que a princípio era uma defesa para o militante, como um bumerangue se tornou também seu principal ponto vulnerável: a repressão aproveitou o anonimato dos militantes capturados com seus nomes frios e identidades fabricadas para negar, às famílias e advogados, o verdadeiro nome do militante preso. E desta forma os eliminou, os enterrou, os fez desaparecer, com nomes frios, como indigentes, nenhum-nome, os NN. A ditadura implantou no Brasil a figura tragicamente conhecida como o desaparecimento político (Arantes, 2008, p. 83).

Em “Infância roubada pela ditadura”, Andre Almeida Cunha Arantes (2014), filho de Aldo e Maria Auxiliadora, ex-presos políticos da ditadura, relata suas memórias durante o período em que viu sua família ser perseguida pelo Estado. Assim como o personagem-filho do conto de Noll, Arantes destaca a quantidade de vezes que precisaram “mudar de endereço”. Relembra também quando o uso do nome frio por várias vezes o incomodou, principalmente quando iam aos encontros de família, com tios e primos, e percebia que não compartilhavam do mesmo sobrenome. Foi quando o pai, inspirado no gosto do filho pelo seriado do Zorro, dele indagou:

“Olha, filho, você vê o seriado do Zorro, não vê? Você acha que o Zorro pode sair contando para todo mundo qual é a identidade verdadeira dele?”. E eu, “Lógico que não, pai, só o Mudinho sabe disso. Se o Sargento Garcia souber a identidade do Zorro, vai prender ele”. “Pois é, filho, esta é nossa situação”, disse meu pai. “Já entendi, pai, pode deixar que eu vou guardar segredo”, disse. Acompanhado desse diálogo, veio a seguinte explicação: existiam os barrigudões (tipo Sargento Garcia) e o

povo. Havia uma briga entre estes dois grupos, assim como no filme do Zorro, nós estávamos lutando do lado do povo contra os barrigudões. Bom, para mim a explicação estava mais do que boa. Vi que tinha desvendado o segredo da família e ainda por cima descobri que era “filho do Zorro” (Arantes, 2014, p. 24).

Ao contrário de Andre Arantes que, junto da família, resistiu e sobreviveu à perseguição política, à tortura e ao arbítrio estatal, reagindo e tornando-se, anos mais tarde, triatleta, professor universitário e diretor de esporte de alto rendimento do Ministério do Esporte, o personagem de Noll, como filho de militante, sucumbiu. O pensamento acelerado, os achismos, bem como a fala desconexa denotam o estado de desorientação em que se encontrava, passagens que demonstram certo grau de delírio, típico de personagens construídos por Noll, segundo Marques (2009, p. 393):

O delírio nas narrativas de Noll compreende a constituição de matrizes de realidades mais complexas, dissolvendo a celebração de dicotomias que, em busca de um ideal de assepsia, separam os mundos do real (baseados numa compreensão empírica dos sentidos) dos mundos do inconsciente a fim de domesticar tanto desejos quanto traumas, tanto fantasias quanto reminiscências.

Assim, por um lado o autor dá vida a um personagem-pai que se autoconsiderava “filósofo sem livros”, dedicado à educação do filho, mas que com o tempo se vê consumido pelo sentimento de impotência, dor e desamparo, ao ter descentrado o seu lugar essencial, qual seja, “seu lugar de proteção, de cuidado, de acolhimento e sustentação dos filhos” (Arantes, 2008, p. 85). Por outro, a construção de um personagem-filho que, ao reiterar a ideia de que precisava fazer alguma coisa urgentemente e se manter inerte a todo momento, revela uma característica outra, a de um sujeito fadado à paralisia. Trata-se, em suma, da história de personagens deslocados na própria história, representantes de uma parcela da população ainda carente de memória e justiça. Ao final, o leitor é surpreendido com a aparente morte do pai, e presume-se que o filho, na condição de ter que fazer alguma coisa urgentemente, permanece como mero espectador de sua vida, intacto.

Conclusão

“Alguma coisa urgentemente” narra as memórias de outra vítima do período da ditadura militar, que, por conta da perseguição estatal às escolhas feitas pelo pai, sofreu consequências ao longo de toda uma vida e teve sua identidade desconstruída e reconstruída de diversas formas. Esse processo, no entanto, teve como principal determinante uma sequência de eventos de trauma, que, caracterizados pelo excesso e pela precariedade das condições de funcionamento da consciência, marcaram a passagem desse filho de militante na narrativa. Ginzburg (2010b) os associa ao despreparo do sujeito para elaborar e superar a vivência, e mais ainda, para o conhecimento claro do que foi vivido. Tais marcas do impacto traumático, entretanto, são expostas não de forma direta e objetiva, mas principalmente subjetiva, a partir do momento em que assistimos à degradação física e psicológica do protagonista. O conto de João Gilberto Noll revela, assim, as consequências das experiências de choque, segundo Benjamin, sobre vítimas indiretas que encontram na literatura um meio de não ser esquecidas, mas representadas.

Referências

15 filhos. Direção: Marta Nehring e Maria de Oliveira. 1996.
Disponível em: <https://martanehring.com/project/15-filhos/>.
Acesso em 03 mar. 2023.

ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. Trad. Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003.

ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Lisboa: Martins Fontes, 1988.

ANDRADE, Mário de. Contos e contistas. In: *O empalhador de passarinho*. 3. ed. São Paulo/Brasília: Martins/INL, 1972 [1938], p. 5-8.

ARANTES, Andre Almeida Cunha. Infância roubada pela ditadura. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Alesp/Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2014.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Dor e desamparo: filhos e pais, 40 anos depois. In: *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p.75-87, 2008.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (org.). *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. *Infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Alesp/Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2014.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*, v. 1. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 10 reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Um regime que tortura. In: ELOYSA, Branca (org.). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais. Depoimentos e debates*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 27, n. 51, 1994.

FUKS, Rebeca. Quando dizer não é fazer “alguma coisa urgentemente”, um conto de João Gilberto Noll. *Revista Línguas & Letras*, Cascavel, v. 16, n. 33, p. 180-191, 2015.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. Tese (Livre-docência em Literatura Brasileira) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010a.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boi Tempo, 2010b.

GOTLIB, Nádia Battella. *Teoria sobre conto*. 11 ed. São Paulo: Ática, 2006.

LISIAS, Ricardo. Análise: João Gilberto Noll percebeu cedo que o Brasil não superaria estruturas autoritárias. Disponível em:

<https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,analise-joao-gilberto-noll-percebeu-cedo-que-o-brasil-nao-superaria-estruturas-autoritarias,70001718544>. Acesso em 6 jul. 2019.

MARQUES, Carlos José Lontra. Num território de interstícios: aspectos da constituição do real em João Gilberto Noll. In: MORAES, Alexandre; DALVI, Maria Amélia; SCARDINO, Rafaela (orgs.). *A crítica literária: percursos, métodos, exercícios*. Vitória: Ed. PPGL, 2009.

NOLL, João Gilberto. “Alguma coisa urgentemente”. In: MORICONI, Italo. *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

REINA, Eduardo. *Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.

Recebido em: 31 de março de 2023

Aceito em: 13 de julho de 2023